

SUPLEMENTO ESPECIAL AO

ergue-te e luta[↖] nº 1[↗]

JORNAL OPERÁRIO COMUNISTA

PARA OS TRABALHADORES PORTUGUESES DE BOULOGNE

CONFLITO

indo paquistanês

S U M Á R I O

AGRESSÃO INDIANA CONTRA O PAQUISTÃO

I - OS POVOS DO SUESTE ASIÁTICO VITIMAS DO IMPERIALISMO OCIDENTAL

II - O DESEJO EXPANSIONISTA DA BURGUESIA INDIANA

III - A LUTA DO POVO PAQUISTANÊS

IV - A INVASÃO AGRESSORA DO BENGALA PAQUISTANÊS

V - O SOCIAL IMPERIALISMO RUSSO NA SUA ESCALADA DE AGRESSÃO NA ÁSIA

VI - OS DIRIGENTES E OS POVOS CHINESES NA DEFESA DOS INTERESSES DOS POVOS OPRI-
MIDOS DO MUNDO INTEIRO

ANEXO - COEXISTÊNCIA PACÍFICA DE LENINE



AGRESSÃO INDIANA CONTRA O PAQUISTÃO

Os acontecimentos de Dezembro no sueste asiático, foram mais uma vez, a exemplo dos casos semelhantes, o motivo para se lançar a confusão entre os trabalhadores do nosso meio.

Em França, o Partido "Comunista" Francês e a CGT, foram os chefes de orquestra de toda a campanha anti-chinesa desencadeada entre nós, tendo os grupos trotsquistas a

ajudar à missa como de costume. Na intenção de nos atirar areia para os olhos, criaram argumentos de toda espécie, enveredando pelo caminho da calúnia e da deturpação dos factos, na tentativa de convencer os trabalhadores das suas desonestas razões. Nos jornais e panfletos distribuídos pelas organizações pró-soviéticas e seus aliados, gritava-se a torto e a direito que o "Paquistão tinha começado a guerra" e que "o povo Bengali lutava pela sua independência, tendo os chineses ajudado o governo opressor paquistanês", continuando a lenga lenga numa maneira suja, não se atrevendo a tocar no fundo do problema.

A razão não está obrigatoriamente do lado de quem começou ou não a guerra, mas a afirmação de que o Paquistão tinha começado esta guerra, era tendente a virar os acontecimentos de pernas para o ar, transformando o agredido em "agressor", enquanto que os factos nos mostravam claramente o contrário. Qual seria o interesse dum país como o Paquistão, cujo o poder das forças armadas é cinco vezes inferior ao do da Índia, de começar uma guerra perdida de antemão? O próprio Yahya Khan presidente do Paquistão, afirmou a fraqueza das suas forças militares, dizendo alguns dias antes da guerra: "Seria uma loucura militar responder às provocações, mas se eles nos atacarem, nós lutaremos".

Nos fins de Novembro, antes da guerra começar portanto, os indianos atiravam por dia entre 150 a 3.000 granadas de artilharia e de morteiro, sobre as fronteiras com o Paquistão. Num só dia dispararam cerca de 5.000 granadas, todas elas de canhão de 25 libras e morteiros de 76 m/m. A provocação é bem clara e mostra-nos quem foram os verdadeiros agressores, mas como já dissemos, a raiz do problema não está em quem começou ou não a guerra. A guerra é a continuação das lutas políticas por meios violentos. Só partindo da análise histórica dos conflitos políticos que opoem as duas partes, poderemos avaliar das razões do que se passou.

I - OS POVOS DO SUESTE ASIÁTICO VITIMAS DO IMPERIALISMO OCIDENTAL

Desde à longos anos que os povos do sueste asiático, tal como os povos dos continentes africano e americano, constituíam uma presa rica, para as pilhagens e massacres dos colonialistas ocidentais. A descoberta do caminho marítimo para a Índia, levada a cabo por Vasco da Gama, no início do século XVI, foi o começo da ocupação dos territórios orientais e da submissão dos povos indígenas, à força de ferro e fogo. Os portugueses deram-se durante séculos à prática de pilhagens e massacres de cidades pacíficas, sem nunca terem conseguido estabelecer uma ocupação efectiva, nestes territórios, sendo mais tarde imitados principalmente pelos colonialistas franceses, holandeses e ingleses, na mesma prática criminosa. As forças colonialistas guerreavam-se entre si nas partilhas do "bolo". Nesta tarefa sangüinária, os colonialistas conseguiram arrastar os povos de todo o mundo em guerras fratricidas, como foram exemplo culminante as últimas duas guerras mundiais. Dum lado,

crecia a opulência dos ricos, senhores ocidentais e do outro agravava-se a fome e a miséria dos povos asiáticos, africanos e americanos, ao mesmo tempo que os povos da Europa se viam arrastar na mesma miséria, vítimas dos senhores feudais e mais tarde da burguesia dos seus países.

Só na segunda metade do século XIX é que os ingleses conseguiram ocupar política e administrativamente a Índia, não sem terem que enfrentar a determinação resistente do povo indiano. Submetida política, económica e culturalmente à Inglaterra a Índia constituía a parcela mais rica do Império Britânico. É esta a principal razão dos "apetites" que sobre ela recaem ainda hoje.

Após a IIª Guerra Mundial, o povo indiano (do Paquistão e do Indostão) expulsou do seu território, os colonialistas ingleses, cujo império estava em declínio. Mas, estes não partiram sem deixar rasto. Os seus interesses colonialistas ganhavam novas formas e precisavam de ser "protegidos". Quando se viram obrigados a deixar a Índia, por não poderem continuar a submetê-la ao seu jugo tirânico, os governantes britânicos, resolveram dividir o sub-continente, criando dois Estados independentes - A Índia e o Paquistão.

O pretexto desta divisão, foi a diferença de religião dos povos Paquistânês e Indiano. Em 14 de Agosto de 1947, foi criada a República Islâmica do Paquistão, com uma população de quase 90 milhões de habitantes, dividida em dois territórios - Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental - separados por 1.800 Km, para "resolver" a situação em que se encontrava na Índia a minoria muçulmana. Esta divisão foi rejeitada ao princípio por Gandhi (pai da actual primeiro ministro Indhira Gandhi), mas foi reconhecida por Nheru. A partilha deu origem a massacres criminosos que custaram a vida de 2 milhões de pessoas, sendo vários milhões de refugiados expulsos das suas terras.

II - O DESEJO EXPANSIONISTA DA BURGUESIA INDIANA

A corôa britânica, embora tenha cedido a independência à Índia, salvaguardou os interesses que a ligavam à burguesia indiana. A "Comunidade Britânica" não é se não o resultado da política de recuperação neo-colonialista dos ingleses. Esta situação contribuiu em grande parte para encorajar as aventuras guerreiras dos governantes indianos, que desde a sua independência, não pararam de exercer uma política de agressão contra os países vizinhos, ambicionando ser os senhores do sub-continente.

Depois da divisão dos dois Estados, em 1947, a Índia provocou um conflito no Cachemira, a propósito da demarcação das fronteiras, que acabou no 1º de Janeiro de 1949 sob a pressão exercida pela ONU.

Em 1948, as tropas indianas anexaram o principado de Hyderabad, que pretendia ficar independente.

Em 1959, a Índia provocou no Tibete (China) uma revolta dos senhores das terras (proprietários de servos) e pretendeu anexar este território, continuando a criar incidentes nas fronteiras com a China, até que em 1962 se vo tou abertamente à guerra contra a grande China Comunista. O povo revolucionário chinês respondeu com o esmagamento do exército invasor e com a expulsão do seu território do que ficou das tropas indianas.

De novo em 1964, a Índia recomeçou a guerra com o Paquistão no Cachemira, acabando por se demarcarem as fronteiras em 1965, sendo o Cachemira dividido ao meio. Nesta altura foi decidido por comum acordo, que a última palavra seria dada pelo povo do Cachemira, para escolher a sua Pátria pelo voto. No entanto a Índia recusou sempre a efectuação do referendo.

Enquanto tudo isto acontecia, a Índia fazia ainda uma guerra colonial contra os povos Nagas e Mizos de Assam e anexava o Bhutam e o Sikkim.

Os sucessivos governos indianos (Ghandi, Nheru e Indhira Ghandi) incapazes de resolverem os graves problemas sociais que se amontoam no seu país - desemprego, fome, miséria - dedicaram-se desesperadamente à sua política de agressão contra os países seus vizinhos e à repressão sangüinária contra o seu próprio povo, ao servi

ço da burguesia indiana, do imperialismo ocidental e do social-imperialismo russo. Um exemplo bem vivo da repressão exercida sobre o povo e os revolucionários indianos, mostra-se nos massacres efectuados pela polícia indiana (Central Reserve Police) no Bengala Ocidental (território indiano do Bengala, cuja capital é Calcutta), durante a semana de 21 a 28 de Novembro, pouco antes de ter começado a guerra. Durante este período foram presos cerca de 10.000 revolucionários (Naxalistas) votados à causa da Libertação do povo dos seus países. No dia 26 de Novembro, alegando que havia muitas tentativas de evasão da prisão de Alipore, a polícia assassinou cerca de 60 prisioneiros, contando-se por algumas centenas o número de feridos. Este massacre foi o sexto, efectuado depois de Março de 1971, nas prisões políticas indianas.

III - A LUTA DO POVO PAQUISTANÊS

A realidade paquistanesa é o resultado, na sua curta existência como Nação Independente dos interesses imperialistas ocidentais. As dificuldades que peçam sobre este país, tornam a sua existência instável nos planos político e económico. Os governos paquistaneses sucederam-se uns após outros, sem satisfazerem as necessidades fundamentais do povo, submetido à tirania e à ganância das classes privilegiadas.

Após a subida ao poder do general Yahya Khan, viu-se a possibilidade da criação dum regime parlamentar, que se devia concretizar com as eleições nacionais de Dezembro de 1970. Nestas estava representada a "Liga Awami", dirigida por Mujibur Rahman, que se apoiava essencialmente na burguesia nacional e nos intelectuais do Paquistão Oriental. O seu programa em 6 pontos, referia-se à protecção das classes, através da exigência duma certa autonomia ao nível das relações comerciais e do mercado interior. Nada neste programa dizia respeito às reivindicações de classe dos operários e dos camponeses Bengalis.

Ao mesmo tempo, o movimento revolucionário dos trabalhadores paquistaneses, acentuava-se em todo o país. No Paquistão Oriental a resistência revolucionária fortificava-se com a participação dos camponeses, sobretudo nos distritos de Barisal, Chitagong, Rangpur e Kulna, organizados à volta do Partido Comunista do Paquistão Oriental (Marxista-Leninista). A luta armada era dirigida contra os soldados de Yahya Khan e contra os grandes proprietários de terras e usurários. A repressão exercida pelo governo central era feroz e destruidora. Desprezando as legítimas aspirações dos trabalhadores, os governantes respondiam com metralha.

A "Liga Awami" que defendia em princípio um programa burguês reformista, sentindo-se impotente para fazer face à burguesia do Paquistão Ocidental, resolveu procurar socorro na Índia, declarando-se um movimento separatista dum pretenso Bengala Desh (Bengala livre). Afirmando serem os últimos defensores do anti-comunismo, pediam urgentemente a participação da Índia na guerra, para impedir que os militantes revolucionários tomassem a direcção do movimento de resistência.

Face ao perigo iminente duma guerra com a Índia, o governo paquistanês reconsiderou sobre as suas posições relativas aos acontecimentos. Prevenido, pelas suas experiências anteriores, contra as forças que o ameaçavam, uma vez que, já em 1965 fora enganado pelos seus aliados americanos, ao apoiarem a Índia nas partilhas do Cachemira e, conhecendo as intenções social-imperialistas dos russos, que pretendem servir-se dos países do Sueste Asiático como base e fontes de apoio a utilizar contra a China Comunista. De notar que o Paquistão já em 1969 recusara associar-se ao "sistema de segurança asiática" proposto pelos russos, na tentativa de isolar a China dos países seus amigos na Ásia. O governo Paquistanês decidiu portanto, apoiar-se numa atitude de amizade e de cooperação com a China, pois reconhecia no seu governo e no seu povo, firmes defensores dos povos em luta pela sua autonomia nacional.

IV - A INVASÃO AGRESSORA DO BENGALA PAQUISTANÊS

Nos princípios de Dezembro de 1971 a guerra declerou-se. As Tropas indianas e os guerrilheiros da "Liga Awami" expressamente treinados em campos indianos, para esta guerra, consentram a grande parte das suas forças, na tentativa de ocupação do Paquistão Oriental. O plano já tinha sido minuciosamente talhado.. Contando com o apoio da Rússia social-imperialista, apoio este que fora afirmado pelo tratado Soviético-Indiano de 9 de Agosto de 1971, que consistia, pela sua natureza, numa "Aliança Militar"; a Índia tinha portanto, as costas bastante quentes para se lançar na aventura.

A viagem de Indhira Ghandi às principais capitais ocidentais, revelaram já a preparação do terreno, na tentativa de captar as simpatias dos interesses imperialistas; e a sujeição de burguesia nacional do Bengala Oriental, através dos compromissos com a "Liga Awami", com o governo indiano, acabaram de abrir as portas à sua política de agressão.

O pretexto caiu sobre a estadia de alguns milhões de refugiados Bengalis, vítimas de Yaya Khan, em território indiano e na conseqüente necessidade de "resolver" o problema no Bengala Oriental. Nas palavras de Indhira: "Acabem com os massacres dos Bengalis, arranquem maneira de resolver politicamente o problema com eles. Nós não pedimos nada para nós, salvo a partida destes milhões de refugiados que nos custam demasiado caro apesar da assistência internacional"; esclarece-se a mascarada!

A Índia pretende ser um Estado "protector e libertador" dos povos em luta pela sua independência.

A Índia pretende fazer crer aos povos revolucionários de todo o mundo que vai libertar o Paquistão Oriental, das garras dos seus opressores, do governo central paquistanês.

A Índia expansionista, pretende ajudar o povo Bengali a libertar-se, enquanto 50 milhões de Bengalis sofrem a repressão que está lhes impõe no Bengala Indiano, vítimas duma fronteira traçada ao meio do seu país, à vinte anos.

O plano de agressão realizou-se finalmente, com a ocupação do Paquistão Oriental pelas tropas indianas e pelos canhões russos. A formação dum governo fantoche do "Bengla Desh (Liga Awami), constitui os últimos retoques neste plano.

A submissão do povo Bengali aos interesses indianos, está confirmada no esmagamento provisório das forças revolucionárias do Bengala Oriental. Enquanto isto, a Índia conseguiu, pelo momento, o seu principal objectivo: esmagar o movimento revolucionário Bengali, nos Bengala Otiental (Paquistão) e Bengala Ocidental (Índia)

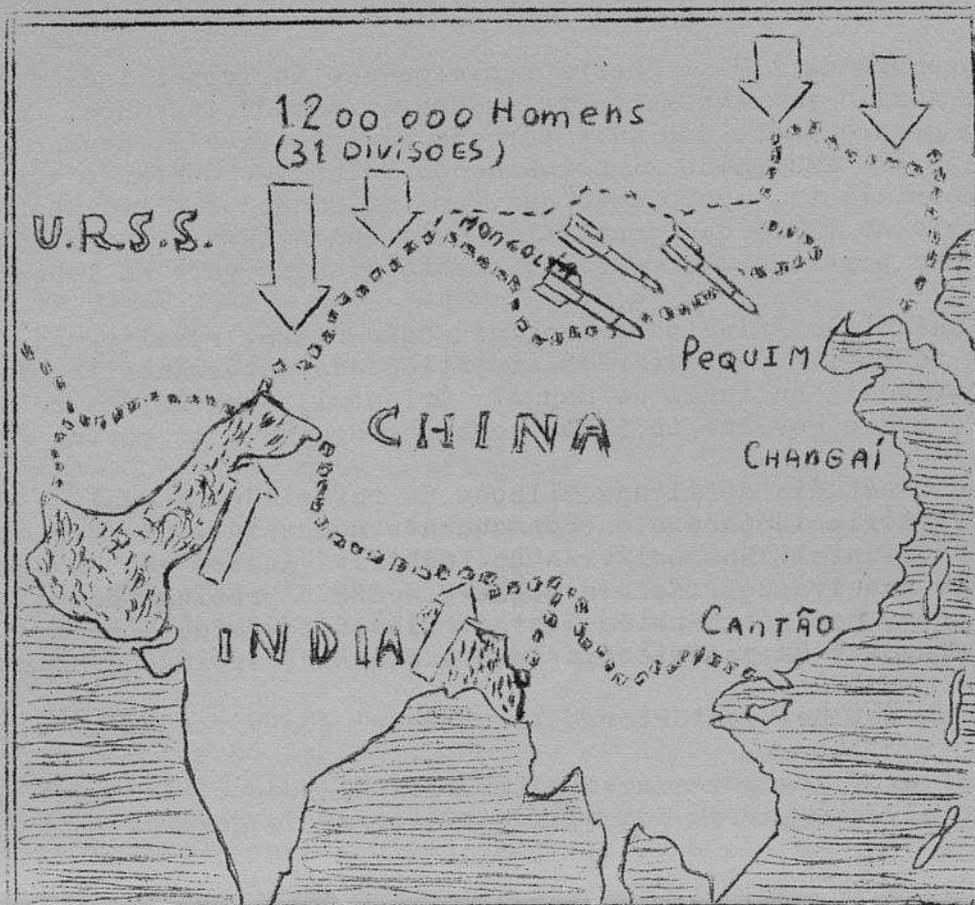
V - O SOCIAL IMPERIALISMO RUSSO NA SUA ESCALADA DE AGRESSÃO NA ÁSIA

O tratado de cooperação militar soviético-indiano, foi a confirmação das intenções de Brejnev e da sua camarilha de dominar a economia e a política indiana, com vistas a servir-se deste país para dominar a Ásia do sueste e o Oceano Índico, pontos estratégicos de grande importância nas posições agressoras que a Rússia possui contra a grande Nação Chinesa.

Já em 1968 foi dado o exemplo na Checoslováquia, com a agressão que na altura os tanques russos, levaram a efeito contra o povo Checo, na defesa dos interesses podres do social imperialismo, sem o mínimo respeito pelo direito dos povos de disporem de si mesmo, na resolução dos problemas internos aos seus próprios países.

Os conflitos fronteiriços provocados ao norte da China, com vista a roubarem a este país uma parcela do seu território, que lhes fora tirada no tempo dos Czares e restituída por Lenine, quando a Rússia era a pátria do Socialismo e a defensora dos povos oprimidos do mundo inteiro, constituem a primeira parte do plano de agressão do social imperialismo na Ásia.

31 divisões do exército russo, com 1.200.000 homens, permanecem ao longo da fronteira oeste da China, constituindo uma ameaça séria contra o povo revolucionário chinês. Algumas bases de mísseis apontados para Pequim, foram colocados secretamente na República da Mongólia, embora este seja um Estado independente.



A segunda parte do plano Brejnev, desenhou-se agora com a guerra "Indo-Paquistanesa". Com a finalidade de reforçar a sua base de agressão ao sul da China, foi posta a funcionar uma ponte aérea Moscovo-Nova Deli, que desembarca continuamente, desde Outubro de 1971, peças para os aviões de guerra russos das forças armadas indianas, enquanto nos portos de Bombaim e de Calcutta, dezenas de cargueiros soviéticos desembarcam peças de artilharia pesada, blindados e mísseis terra-terra, entre outras armas de grande calibre.

Com a divisão da República Paquistanesa, a Rússia pretende dominar o Bengala, constituindo assim, uma ameaça, até para a

própria Índia, podendo estimular um movimento autónomo Bengali dos dois lados (do Paquistão e da Índia), se esta última recusar obedecer às suas ordens. Ainda mais, será fácil para os sociais imperialistas russos, estimular movimentos autónomos deste tipo em toda a Índia, tendo em conta que neste momento já, os países correspondentes às 14 étnias, línguas e culturas diferentes que se agrupam na Índia, reivindicam a sua autonomia. É por esta razão que o primeiro ministro da China Popular (Chou En Lai) afirmou que a Índia colheria os frutos amargos desta aventura militar. No "Conselho de Segurança" da ONU, o representante Russo (Malik) opôs o seu veto por duas vezes, a uma resolução de "cessar fogo imediato e retirada das tropas de um e doutro lado da fronteira". Na "assembleia geral", opôs-se outra vez a uma proposição de "cessar fogo imediato", embora se encontrasse isolado, relativamente aos países que constituem a ONU, com a excepção dos seus "satélites colonizados" da Europa Oriental. Nestas tomadas de posição, esclarecem-se os interesses social imperialistas russos na Ásia.

VI - OS DIRIGENTES E O POVO CHINESES NA DEFESA DOS INTERESSES DOS POVOS OPRIMIDOS DO MUNDO INTEIRO

Actualmente no mundo, existem quatro grandes contradições:

- Aquela que opõe as nações oprimidas ao imperialismo e ao social imperialismo
- Aquela que opõe o proletariado à burguesia nos países capitalistas e revisionistas;
- Aquela que opõe os imperialistas e social imperialistas e os países imperialistas entre si;
- E a contradição que opõe os países socialistas aos países imperialistas e social imperialistas. (Discurso de Lin Piao ao 9º congresso do P.C.Chinês)

Foi tomando em conta o conjunto destas contradições e abordando cada uma delas nos seus aspectos particulares, que o governo Chinês tomou a sua posição, relativamente ao conflito Indo-Paquistanês. Assim, considerando a crise paquistanesa do ponto de vista da contradição que opõe as nações oprimidas ao imperialismo e ao social

Imperialismo e consequentemente das contradições entre Estados, o governo Chinês preocupou-se em saber quem, entre a Índia e o Paquistão, faz mais o jogo do imperialismo e do social imperialismo, baseado nos ensinamentos do camarada Estalino que no seu livro, "Princípios do Leninismo" disse: "O movimento nacional dos países oprimidos deve ser apreciado, não do ponto de vista da democracia formal, mas do ponto de vista dos seus resultados efectivos, na balança geral da luta contra o imperialismo". Portanto:

- Relativamente à política que visa cercar política e militarmente a China, na tentativa de a isolar, praticada pelo imperialismo ocidental e pelos revisionistas russos, como já vimos, é claro que a posição Paquistanesa tem sido desde à muito tempo favorável aos interesses do povo revolucionário chinês, enquanto que a Índia faz directamente o jogo dos USA e da URSS, como já demonstramos atrás.

- Por outro lado, a "Liga Awami", não é senão a expressão dos interesses da Índia e da Rússia no Paquistão Oriental, o que se demonstra na sua vontade de fazer intervir a Índia no conflito que opunha os seus interesses aos do governo Paquistaneses.

- Finalmente, se a "Liga Awami", pede a intervenção da Índia e se esta está de acordo, é para impedir o desenvolvimento autónomo da luta popular no Bengala (nas suas partes paquistanesas e indianas) que voltaria as suas armas contra os reacionários (do Paquistão e da Índia).

A posição chinesa, que se manifesta contra a ingerência indiana nos problemas internos do Paquistão e não contra o verdadeiro movimento revolucionário do povo "Bengali" é portanto ABSOLUTAMENTE JUSTA.

As manobras de diversão dos revisionistas russos e dos seus lacaios (P.C. Francês, P.C. Português, entre outros; dos grupos trotsquistas e todos os oportunistas de direita e esquerda), tendentes a caluniar o grande povo Chinês e os seus dirigentes, mentindo descaradamente na afirmação de que a China tinha apoiado a repressão exercida pelo governo central paquistaneses, contra o povo Bengali em luta, pela sua Libertação Nacional.

Baseando-se numa carta que Chou En Lai teria enviado a Yayha Khan e na qual, pretendiam que se apoiava a repressão exercida por este contra o povo do Bengala, tiram as "brilhantes" conclusões que lhes conhecemos, constituindo mais uma provocação caluniadora da parte da canalha revisionista moderna, contra o movimento revolucionário do mundo inteiro. Nenhuma carta deste género foi oficializada pela agência "Nova China" pelo que é absolutamente falsa (se ela constituísse internacionalmente a posição chinesa relativamente aos acontecimentos no Paquistão Oriental, como aqueles senhores pretendem, seria evidentemente oficializada pelo governo chinês). Por outro lado, quem citou esta carta foi Eric Rouleau, celebre crápula do jornal "Le Monde", conhecido pelo seu anti-comunismo e pelo ódio que tem à classe operária, pretendendo ter tirado as fontes desta notícia da agência de imprensa "Karachi".

O Governo Chinês, repetimos, condenou a agressão Indiana contra o Paquistão, por constituir uma ingerência descarada nos negócios internos deste país e uma infracção à "declaração de coexistência pacífica" (x), assinada pela China, a Índia e a Birmãnea e acolhida com os aplausos dos povos oprimidos do mundo inteiro, principalmente pelos povos asiáticos, porque, como disse na altura o camarada Ho Chi Minh: "Ele torna numa causa perdida as manobras americanas com vista a semear a divisão entre os povos da Ásia"

Depois de tudo quanto foi dito, poderemos concluir:

1 - As origens desta guerra, foram provocadas pelo imperialismo ocidental, ao semearem a divisão e a discórdia entre os povos do Sueste Asiático, para explorarem o seu enfraquecimento.

2 - O desejo expansionista da burguesia indiana, demonstra a natureza agressiva deste Estado, relativamente aos países seus vizinhos.

3 - A repressão exercida pelo governo central paquistaneses, contra o povo do Bengala Oriental, clarifica o carácter reacionário deste governo, relativamente à contradição que opõe o povo do Paquistão (ocidental e Oriental) e a burguesia e

senhores de terras paquistaneses, mas esta razão não dá o direito a nenhum Estado de se substituir ao povo paquistanês, para fazer a revolução por ele, sobretudo quando os interesses escondidos por detrás disto são, como é o caso, de carácter agrecivo. A "Liga Awami", sendo como dissemos, a expressão dos interesses da Índia e da Rússia, no Paquistão Oriental e representando a burguesia nacional e os senhores de terras do Bengala Paquistanês, não pode a algum título representar o povo do Bengala na luta pela sua liberdade, sendo hoje o governo fantoche do pretense "Bengla Desh", ao serviço do imperialismo ocidental e do social imperialismo Russo.

4 - A invasão e ocupação do Paquistão Oriental pelas tropas indianas armadas até aos dentes pelos burocratas russos, confirma o medo que o governo indiano tinha do movimento revolucionário no Bengala (paquistanês e indiano), agindo para abafar o desenvolvimento autónomo da luta nas duas partes do Bengala.

5 - O social imperialismo russo, na sua escalada de agressão na Ásia, foi o instigador número um desta guerra, sendo o principal responsável do conflito, desmascarando-se na sua linha de cooperação com o imperialismo ocidental, ao pretender dividir na discórdia, os povos do sueste Asiático, tornando-os assim, mais fracos na resistência que opõem ao imperialismo, permitindo o reforço da sua infiltração agressora.

6 - As justas posições tomadas pelos dirigentes e o Povo Chineses, relativamente aos acontecimentos, e o apoio prestado ao Paquistão na defesa da sua autonomia e integridade territorial, face aos agressores indianos, constituem mais uma dádiva preciosa da China Comunista ao movimento revolucionário internacional, demonstrando-se mais uma vez, na determinação revolucionária do seu povo e dos seus dirigentes, ser a vanguarda do proletariado e dos povos oprimidos do mundo inteiro, na sua luta contra o imperialismo e o social-imperialismo.

OS POVOS DO SUESTE ASIÁTICO, COM O APOIO DO PROLETARIADO E DOS POVOS OPRIMIDOS DE TODO MUNDO, SABERÃO ESCORRAÇAR DAS SUAS TERRAS A BESTA IMPERIALISTA E SOCIAL-IMPERIALISTA.

OS POVOS DO SUESTE ASIÁTICO, COM O APOIO DO PROLETARIADO E DOS POVOS OPRIMIDOS DE TODO MUNDO, SABERÃO DERROTAR A BURGUESIA E SENHORES DE TERRAS, REPRESENTADOS PELOS GOVERNOS REACIONÁRIOS DOS SEUS PAÍSES E IMPOR A JUSTIÇA E A LIBERDADE DO POVO, NA CONTRUÇÃO DO SOCIALISMO.

VIVA O PENSAMENTO DE MAO TSÉ TUNG, GUIA DO PROLETARIADO INTERNACIONAL E DOS POVOS OPRIMIDOS NA SUA LUTA PELA LIBERDADE.

Suplemento Especial ao "ERGUE-TE E LUTA" nº 1, de Abril 1972

...ooOoo...

A N E X O - I

Na página 6 apontamos que a agressão indiana contra o Paquistão, constituía uma ingerência descarada nos negócios internos deste país e uma infracção à declaração de coexistência pacífica assinada pela China, a Índia e a Birmânia em 1955.

Os princípios Leninistas, enunciados neste tratado, opõem-se diametralmente aos princípios revisionistas de coexistência pacífica que consistem na colaboração descarada com o imperialismo USA e os seus lacaios.

Atendendo à importância deste problema, publicamos neste anexo, algumas passagens duma brochura publicada pelas "Edições em Línguas Estrangeiras de Pequim", intitulada "Coexistência Pacífica - Duas Políticas Diametralmente Opostas" (Comentário à carta aberta do Comité Central do P.C.U.S.), que esclarece enérgicamente a traição do Partido Comunista da União Soviética ao Marxismo-Leninismo, praticada após a morte do Camarada Estaline.

(...) A POLÍTICA DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA DE LENINE E DE ESTALINE

Foi Lenine quem formulou a ideia de que o Estado socialista deve adoptar a política de coexistência pacífica para com os países de sistemas sociais diferentes. Esta acertada política foi aplicada, durante longo tempo, pelo PCUS e o governo da URSS, sob a direcção de Lenine e Estaline.

Antes da Revolução de Outubro, não havia no mundo nenhum país socialista e, naturalmente tampouco existia a questão da coexistência pacífica entre países socialistas e capitalistas. Entretanto, já em 1915 e 1916, à base de sua análise científica do imperialismo, Lenine previu: "O socialismo não pode triunfar simultaneamente em todos os países. Iniciará triunfando em um ou em vários países e os demais continuarão sendo, por algum tempo, países burgueses ou pré-burgueses". (Lenine, Obras, t XXIII, pag.75, "O problema militar da revolução proletária"). Isto é durante certo tempo, existiria no mundo um estado de convivência entre países socialistas e países capitalistas ou pré-capitalistas. A própria natureza do sistema socialista determina que os países socialistas só devem aplicar uma política exterior de paz. Lenine disse: "Só a classe operária, quando tenha conquistado o Poder pode levar a cabo uma política de paz, não de palavra mas de facto".

No entanto (...) Lenine sempre considerou impossível a coexistência pacífica entre as classes oprimidas e opressoras e entre as nações oprimidas e opressoras. Na sua "Tese sobre as tarefas fundamentais do II Congresso da Internacional Comunista", Lenine assinalou que "até a burguesia mais instruída e democrática já não se detem ante nenhum engano ou crime nem ante a matança de milhões de operários e camponeses para a preservação da propriedade privada sobre os meios de produção". Lenine conclui que toda concepção sobre a submissão pacífica dos capitalistas à vontade da maioria dos explorados, toda a ideia a respeito da transição pacífica reformista, ao socialismo, não só constitui uma extrema estupidez mesquinha mas também significa enganar publicamente os operários, pintar de côr-de-rosa a escravidão assalariada capitalista e encobrir a verdade". (...) Estaline atinha-se firmemente à política de coexistência pacífica de Lenine. Durante os trinta anos que exerceu o posto de dirigente da URSS, Estaline adoptou invariavelmente esta política de coexistência pacífica. Só nos momentos em que os imperialistas e reacionários desencadearam guerras agressivas ou provocações armadas contra a URSS, esta se viu obrigada a emprender a Guerra-pátria e os contra-ataques em legitima defesa. (...) Enquanto persistia na política de coexistência pacífica de Lenine, Estaline opunha-se decididamente a que se renunciasse ao apoio às revoluções dos povos dos diferentes países, a fim de congregar-se com o imperialismo. Assinalava agudamente a existência de duas linhas contrárias na política exterior. Estaline afirmou: "Uma das duas": ou "continuamos seguindo a política revolucionária, reunindo estreitamente em torno da classe operária da URSS os proletários e oprimidos de todos os países e, então o capital internacional porá todo tipo de obstáculo a nosso

avanço" ou "renunciamos à nossa política revolucionária, fazemos várias concessões de princípio ao capital internacional e, então, este possivelmente não se postre a vesso a nos "ajudar" a converter nosso país socialista numa "boa" república burguesa. Estaline citou um exemplo: "A América do Norte exige que renunciemos, em princípio, à política de apoio ao movimento de Libertação da classe operária de outros países, afirmando que tudo correria bem se fizéssemos essa concessão. Valerá a pena fazer essa concessão?". Respondeu, em seguida, que não, "não podemos fazer essa concessão, nem outras semelhantes, sem renunciar ao que somos".

(...) O PCCh PERSISTE NA POLÍTICA DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA DE LENINE

A carta aberta do CC do PCUS afirma que o PCCh "não acredita na possibilidade da coexistência pacífica" e acusa-o caluniosamente de opor-se à política de coexistência pacífica de Lenine. Isto é verdade? Não, claro que não.

(...) Já em vésperas do nascimento da RPCh, o camarada Mao Tsé-Tung disse: "Proclamamos ante o mundo inteiro que combatemos apenas o sistema imperialista e suas aspirações contra o povo chinês. Estamos dispostos a negociar com qualquer governo estrangeiro o estabelecimento de relações diplomáticas com base nos princípios de igualdade, benefício recíproco e respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, sempre que tal governo se disponha a romper suas relações com os reacionários chineses, deixe de conspirar com eles ou de ajudá-los e adote uma atitude verdadeira, e não hipócrita, de amizade para com a China Popular. (...) Segundo esta orientação formulada pelo camarada Mao Tsé-tung, estipulamos explicitamente a política exterior de paz no Programa Comum aprovado pelo Conselho Consultivo Político do Povo Chinês, em Setembro de 1949 e, em seguida, inscrita na Constituição da República Popular da China, aprovada em Setembro de 1954 pela Assembleia Popular Nacional. O Governo chinês formulou em 1954 os célebres cinco princípios de coexistência pacífica, que são: 1. Respeito mútuo à integridade territorial e à soberania; 2. Não agressão mútua; 3. Não interferência nos assuntos internos de um país, por parte doutro; 4. Igualdade, benefício recíproco e 5. Coexistência pacífica. Juntamente com outros países asiáticos e africanos, formulamos os Dez Princípios na Conferência de Bandung em 1955, com base nos referidos Cinco Princípios.

(...) Nos nossos assuntos internacionais, durante os 14 anos transcorridos, temos adoptado diferentes orientações a respeito dos diferentes tipos de países e temos variado nossa orientação, segundo as distintas condições entre países do mesmo tipo.

- 1 - Distinguimos os países socialistas dos capitalistas. A respeito dos países socialistas, perseveramos no princípio internacionalista proletário de ajuda mútua. Tomamos como orientação fundamental de nossa política exterior a manutenção e o fortalecimento da unidade de todos os países do campo socialista.
- 2 - Fazemos distinção entre os países nacionalistas que recentemente obtiveram a independência política e os países imperialistas. Os países nacionalistas, ainda que se distingam radicalmente dos países socialistas quanto aos sistemas social e político, estão em profunda contradição com o imperialismo e têm interesses comuns com os países socialistas quanto à oposição ao imperialismo, à manutenção da independência nacional e à defesa da paz mundial. Isto dá uma ampla e prática possibilidade aos países socialistas de estabelecer relações de coexistência pacífica e colaboração amistosa com os países nacionalistas. O estabelecimento destas relações tem grande significação para o fortalecimento da unidade das forças anti-imperialistas e o desenvolvimento da luta comum dos povos contra o imperialismo. Invariavelmente temos observado a política de consolidar e fomentar a coexistência pacífica e a colaboração amistosa na Ásia, na África e na América Latina. Ao mesmo tempo, desencadeamos uma luta imprescindível e apropriada contra países como a Índia, que infringem e danificam os Cinco Princípios.
- 3 - Distinguimos os países capitalistas em geral dos países imperialistas.

Também fazemos distinção entre os diferentes países imperialistas. Como a correlação internacional das forças de classe se torna cada vez mais favorável ao socialismo, debilitam-se dada vez mais as forças imperialistas e as contradições entre elas se tornam cada dia mais agudas, é possível que os países imperialistas, apoiando-se no fortalecimento da sua própria força, no desenvolvimento das forças revolucionárias dos povos, na unidade com os países nacionalistas e na luta de todos os povos amantes da paz, valendo-se das contradições internas do imperialismo, obriguem a este ou aquele país imperialista a concordar com o estabelecimento, em certo grau de relações de coexistência pacífica. Enquanto persistimos na coexistência pacífica com países com sistema social diferente, cumprimos perseverantemente com o dever internacionalista proletário. Apoiamos activamente o movimento de libertação nacional dos povos da Ásia, da África e da América Latina, o movimento operário dos países da Europa Ocidental, da América do Norte e da Oceânia, a luta revolucionária dos povos e sua luta contra a política imperialista de agressão e guerra e em defesa da paz mundial. Tudo isto tem um único objectivo: com o campo socialista e o proletariado internacional como núcleo, unir todas as forças susceptíveis de serem unidas e formar uma ampla frente única contra o imperialismo norte-americano e seus lacaios.

(...) A CHAMADA LINHA GERAL DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA DOS DIRIGENTES DO PCUS

Não somos nós mas sim os dirigentes do PCUS que, na realidade violam a política de coexistência pacífica de Lenine. Os dirigentes do PCUS enaltecem em termos superlativos seu conceito de coexistência pacífica. Quais são os seus principais pontos de vista sobre o problema da coexistência pacífica?

- 1 - Eles consideram que, para a solução dos problemas sociais contemporâneos, a coexistência pacífica é o princípio supremo insuperável. Alegam que a coexistência pacífica é o "imperativo categórico dos tempos actuais" e a "exigência imperativa da actualidade". Acrescentam que a "coexistência pacífica é o melhor e o único caminho admissível para resolver os problemas de importância vital com que se defronta a sociedade" e que o princípio de coexistência pacífica deve passar a ser "lei fundamental da vida de toda sociedade contemporânea".
- 2 - Sustentam que os imperialistas já estão dispostos a aceitar a coexistência pacífica e deixam de ser um obstáculo em seu caminho. Dizem que "não poucos governos e homens de Estado dos países ocidentais também são pela paz e pela coexistência pacífica" e "compreendem com clareza cada vez maior a necessidade da coexistência pacífica". Preconizam especialmente que o Presidente norte-americano "reconhece o carácter razoável e prático da coexistência pacífica entre Estados com sistema social diferente".
- 3 - Pronunciam-se pela "cooperação geral" com os países imperialistas, sobretudo com os USA. Dizem que a URSS e os USA "podem encontrar a base para acções e esforços conjuntos destinados a beneficiar toda a humanidade" e "podem marchar ombro a ombro, em nome da consolidação da paz e do estabelecimento da verdadeira cooperação internacional de todos os Estados".
- 4 - Consideram que "o princípio de coexistência pacífica determina a linha geral da política exterior do PCUS e dos demais partidos marxistas-leninistas", e é a "base da estratégia do comunismo" no mundo de hoje e que todos os comunistas têm que "considerar a luta pela coexistência pacífica como o princípio geral de sua política".
- 5 - Consideram ainda que a coexistência pacífica é a linha geral da política exterior da URSS e de todos países do campo socialista.
- 6 - Consideram a coexistência pacífica condição prévia para a vitória da luta revolucionária dos povos dos diferentes países. Sustentam que uma série de vitórias dos povos foram obtidas graças à coexistência pacífica entre Estados com diferentes sistema social". Dizem que "precisamente graças à coexistência pacífica entre Estados com sistema social diferente, realizou-

-se a revolução socialista em Cuba, obteve-se a independência nacional do povo argelino, mais de 40 países conquistaram a independência nacional, os partidos irmãos fortaleceram-se e cresceram, a influência do movimento comunista mundial aumentou".

- 7 - Opinam que a coexistência pacífica "é a melhor forma de ajudar o movimento operário revolucionário internacional e conseguir seus principais objectivos de classe". Afirmam que graças à coexistência pacífica, aumentou a possibilidade de transição pacífica dos países capitalistas para o socialismo. Além disso acreditam que o triunfo do socialismo na competição económica "significará um golpe demolidor contra todo sistema de relações capitalistas". Quando o povo soviético vier a desfrutar dos benefícios do comunismo, outras centenas de milhões de pessoas dirão: "Somos pelo comunismo!" e então, inclusive os capitalistas "passarão para o partido comunista".

Vejam! Que há de comum entre estes pontos de vista dos dirigentes do PCUS e a política de coexistência pacífica de Lenine?

A política de coexistência pacífica de Lenine, é uma política adoptada pelos países socialistas em suas relações com os países de sistema social diferente; em troca, Cruchoy, apresenta a política de coexistência pacífica como o princípio supremo da vida da sociedade contemporânea. A política de coexistência de Lenine é um aspecto da política internacional do proletariado no Poder, porém o PCUS estende a coexistência pacífica a ponto de convertê-la na linha geral da política exterior de todos partidos comunistas. A política de coexistência pacífica de Lenine dirige-se contra a política imperialista de agressão e guerra, enquanto a "coexistência pacífica" de Cruchoy adapta-se às necessidades do imperialismo e ajuda a política imperialista de agressão e guerra. A política de coexistência pacífica de Lenine baseia-se no ponto de vista da luta internacional de classes, enquanto que a "coexistência pacífica" de Cruchoy trata de substituir na arena internacional a luta de classes pela colaboração de classes. A política de coexistência pacífica de Lenine parte da missão histórica do proletariado internacional e, por isso, ao adoptar esta política, os países socialistas devem apoiar firmemente as lutas revolucionárias de todos povos oprimidos e nações oprimidas e, em troca, a "coexistência pacífica" de Cruchoy trata de substituir a revolução mundial do proletariado pelo pacifismo e trai o internacionalismo proletário.

Ontem Cruchoy, hoje Brejnev, transformam a política de coexistência pacífica numa política de capitulação de classe. Sob o pretexto de coexistência pacífica, renunciam aos princípios revolucionários das Declarações de Moscovo de 1957 e de 1960, privam o Marxismo-Leninismo da sua Alma Revolucionária, alteram-no e mutilam-no a ponto de o deixarem irreconhecível.

Eis uma traição flagrante ao MARXISMO-LENINISMO!

"Coexistência Pacífica - Duas Políticas Diametralmente Opostas" Comentário à carta aberta do Comité Central do P.C.U.S. (Edições em Línguas Estrangeiras - Pequim -"